

**MÍDIA JORNALÍSTICA ONLINE:
Crianças e Adolescentes em Situação de Violências**

**JOURNALISM MEDIA ONLINE:
Children and Teenagers in a Situation of Violence**

Poliana Hilário MAGALHÃES¹; Samira Valentim Gama LIRA²; July Grassiely de Oliveira BRANCO³, Antônio Dean Barbosa MARQUES⁴, Deborah Pedrosa MOREIRA⁵, Luiza Jane Eyre de Souza VIEIRA⁶

Resumo: Este estudo caracteriza as notícias sobre violências contra crianças e adolescentes, analisa a sua veiculação na mídia online e relaciona-as à rede de atendimento a este grupo. Tomou-se como unidade de análise todas as matérias publicadas entre 2012 a 2015, na edição online do jornal cearense Diário do Nordeste (DN), mídia com importante circulação no estado do Ceará. No período delimitado, 1.640 reportagens foram submetidas a análise de conteúdo; 664 (45,5%) relataram violências contra o grupo estudado e 48 (7,2%) mencionaram à rede de atendimento. Destaca-se a urgência de uma nova abordagem jornalística que evidencie possibilidades de enfrentar as violências, assim como a existência de redes de apoio e proteção.

Palavras-chave: Comunicação; Mídia; Maus-Tratos Infantis; Defesa da Criança e do Adolescente.

Abstract: This study characterizes the news about violence against children and adolescents, analyzes its placement in the online media and relates them to the network of care for this group. It was taken as the unit of analysis all articles published between 2012 to 2015 in the online edition of the newspaper Diário do Nordeste Cearense (DN), media with important movement in the state of Ceará. The defined period, 1,640 reports were submitted to content analysis; 664 (45.5%) reported violence against the study group and 48 (7.2%) mentioned the service network. It highlights the urgency of a new journalistic approach that evidences possibilities to face violence, as well as the existence of support networks and protection.

Keywords: Communication; Media; Child Abuse; Child Advocacy.

¹ Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP / email: polianahm@gmail.com

² Doutora em Saúde Coletiva em Associação Ampla entre a UFC-UECE-UNIFOR e Docente da Universidade de Fortaleza /email: vagali@uol.com.br

³ Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza / email: julybranco.upa@gmail.com

⁴ Doutorando em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Ceará/ email: antonio-dean@hotmail.com

⁵ Doutora em Saúde Coletiva em Associação Ampla entre a UFC-UECE-UNIFOR. Docente do Centro Universitário Christus / email: deborahpm@gmail.com

⁶ Docente titular do curso de Enfermagem e do Mestrado em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza e do Doutorado em Saúde Coletiva em Associação Ampla entre a UFC-UECE-UNIFOR/ email: janeeyre@unifor.br

Introdução

A violência é um tópico constantemente referido na literatura, retrata a construção histórica da humanidade, apresenta linhagens nas estruturas sociais, políticas e econômicas, nos pensamentos individuais e nas relações sociais. Compreender a sua construção implica abordá-la e vê-la, também, como uma demanda de saúde pública Brasil (2005, p. 29), cuja magnitude é crescente, impactando a morbimortalidade das populações, as experiências cotidianas e a reorientação de atitudes e condutas desempenhadas pelo setor saúde (CONASS, 2008, p.183; LIMA *et al.*, 2009, p. 626).

Similar ao cenário mundial, no Brasil crianças e adolescentes estão entre os grupos mais vulneráveis à violência, sendo esta a principal causa de morbimortalidade (BRASIL, 2008, p. 123). As primeiras manifestações do Estado brasileiro para proteger as crianças e os adolescentes dos eventos de violência ocorreram em 1923 com a *Declaração sobre os Direitos da Criança*, em Genebra. Em 1990, após sete décadas, promulga-se no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990, p. 11).

Este dispositivo legal reorienta o entendimento sobre os direitos das crianças e dos adolescentes Brasil (1990), afastando-os de um paradigma assistencialista e preconizando uma estrutura de proteção e amparo. A partir do ECA a notificação de maus tratos passou a ser obrigatória (art. 13).

Confluindo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) o ECA reitera o direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes, mediante a atenção integral à saúde, com acesso universal e igualitário aos três níveis da atenção. Essa tarefa exige o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, prevenção de violências, atenção absoluta às vítimas e um trabalho articulado em rede (BRASIL, 2010, p.89).

No intuito de instrumentar profissionais da atenção e da gestão sobre a rede de atendimento a criança e ao adolescente em situação de violência, o Ministério da Saúde (MS) documenta as organizações, apresenta a ideia de rede de atendimento para todos os setores envolvidos com esta problemática e descreve a condução, notificação e acompanhamento dos casos (BRASIL, 2010, p. 143).

No ano de 2012, no estado do Ceará, o Banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS) apontou que, de fato, a violência contra este grupo foi uma constante, com um total de 566 internações hospitalares por agressões. Apesar do exposto, a literatura aponta que os meses de início e fim de ano são considerados mais violentos pela quantidade de festas e feriados, como demonstra a pesquisa de Abreu et al (2010, p. 514) relacionando o uso e abuso de álcool aos feriados e fins de semana, já que os mesmos são considerados fatores predisponentes a violência Moreira et al, (2013 p. 67). Em 2013, o Ceará sediou alguns jogos da Copa das Confederações e em 2014 a Copa do Mundo de Futebol, esses grandes eventos esportivos aglomeram pessoas e de todos os continentes, neste mesmo período o Exército brasileiro e a Força Nacional, fizeram parte da segurança no estado.

Paralelo às discussões acadêmicas e de interesse governamental, a mídia tem papel de destaque na veiculação de informações sobre a violência à comunidade. Evidencia-se sua contribuição na exposição e reflexão de representações sociais sobre a violência, uma vez que os noticiários sobre esse tema são veiculados como manchetes dos meios de comunicação (ADORNO, 1995, p. 128).

Ressalta-se que a mídia tem como função produzir, conservar e fazer circular informações. As abordagens utilizadas nas matérias podem guiar a atenção daquele que recebe a informação para um aspecto qualquer da notícia. Essa preocupação estética com o formato e com o tipo de linguagem empregada pela imprensa em suas publicações repercute no modo de como a sociedade confronta os fenômenos do cotidiano e a forma como os interpreta (NJAINÉ; MINAYO, 2002, p. 289).

Considerada o quarto poder, a mídia utiliza de uma roupagem sofisticada para persuadir a opinião pública, a ponto de ditar regras de comportamento, com influência nas escolhas dos indivíduos. De certa forma, ela determina o que deve ser falado e discutido pela sociedade, o que pode originar concepções inadequadas para os leitores (GUARESCHI, 2007).

Diante deste contexto, os profissionais do setor de saúde não podem se distanciar das discussões que circulam nos múltiplos espaços sociais, considerando o "poder" da

comunicação e a sua influência direta nos estilos de vida individuais e coletivos, que reverbera nas transformações de uma prática social.

Akira e Marques (2009) enfatizam o papel positivo da mídia na dinâmica dos serviços de saúde, como o caso (Gazeta do Povo, 2012) do aumento de denúncias pelo Disque 100, após o depoimento de uma apresentadora ter revelado abuso sexual na infância e adolescência em uma revista eletrônica. Desta forma, a mídia por meio da qualidade de suas matérias pode, além de apresentar casos, apontar possíveis encaminhamentos, ao referir acontecimentos que envolvam a rede de atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência.

Esta pesquisa demonstra a interface da mídia com crianças e adolescentes em situação de violência no âmbito da saúde coletiva e se explica pelo fato do número reduzido de estudos sobre as limitações e possibilidades das agências de notícias contribuírem nas ações educativas e de promoção da saúde, no sentido de esclarecer situações e apontar soluções (Rangel-s, 2003). Além disso, há restrita publicação no campo da saúde pública sobre o papel da mídia em saúde e violência contra criança e adolescente. Ao aproximar-se das notícias publicadas sobre o tema, pode-se trazer à tona a realidade deste grupo e propor parcerias para enfrentar esse problema.

Para contemplar os objetivos, a partir da construção do roteiro aplicado e para analisar os textos selecionados, neste instrumento estão embutidas as hipóteses: (1) quais as características das notícias que abordam violência contra crianças e adolescentes? (2) a mídia está exercendo um papel de proteção para o grupo em estudo?

Diante do exposto, os objetivos deste estudo visam (i) caracterizar as notícias sobre violência contra crianças e adolescentes e (ii) analisar as notícias veiculadas na mídia relacionadas à rede de atendimento a criança e ao adolescente em situação de violência, a partir de jornal cearense de importante circulação.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo (Andrade, 2007, p.114) de caráter documental realizado por meio de análise de enunciações jornalísticas, no estado do Ceará, publicadas, em 2012, 2013, 2014 e 2015. A coleta foi realizada com o auxílio de um roteiro instrutivo elaborado para este fim, orientando a identificação de matérias que

abordavam violência contra criança e adolescente e a rede de atendimento no jornal Diário do Nordeste, em sua versão online.

No texto e contexto analisados considerou-se as seguintes variáveis: reportagens (ano de publicação, tipo de matérias, tipo de violência, divulgação de meios de denúncia ou prevenção da violência); vítima (sexo, existência de proximidade entre vítima e agressor, menção de seqüela decorrente do ato violento, exposição (fotografia ou nome completo da vítima na matéria) e agressor (identificação do agressor, o agressor foi punido).

A escolha deste jornal se deu por ser de grande circulação no Ceará, com veiculação diária, facilidade de acesso aos exemplares impressos e *online*. As matérias que abordavam o tema (violência contra criança e adolescente e sua rede de atendimento) foram salvas em um arquivo no computador (matérias *online*), organizadas e agrupadas em pastas, para posterior análise. Excluíram-se as campanhas publicitárias, as notícias abstrusas, informações repetidas, idade de crianças e de adolescentes não preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, reportagens com informações incompletas sobre o grupo em estudo, no intuito de minimizar possíveis vieses de análise e interpretação.

A etapa de imersão para a coleta aconteceu de julho a dezembro de 2015. A fase analítica deu-se em dois momentos: organização dos dados das publicações jornalísticas realizou-se uma análise descritiva com frequência simples, contemplando o primeiro objetivo; na segunda fase, a análise de conteúdo de Bardin assegurou o alcance do segundo objetivo (2011, p.53).

Para análise estatística utilizou-se o programa SPSS (Statistical Package Social Science) versão 15.0, e os resultados apresentados em tabelas. A análise qualitativa das notícias sobre a rede de atendimento a criança e ao adolescente em situação de violência ocorreu em três fases, conforme Bardin (2011, p. 121): a) pré-análise, b) exploração do material e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Resultados e Discussão

Analisaram-se 1.460 publicações jornalísticas no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015, selecionando-se 664 matérias que citavam a violência contra o

grupo estudado e, dentre as quais, 48 abordavam a rede de atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência, no jornal Diário do Nordeste, Ceará.

Tabela 1 - Caracterização das matérias sobre violência contra crianças e adolescentes veiculadas em jornal de grande circulação, Fortaleza, Ceará, Brasil, janeiro de 2012 a dezembro de 2015. (N= 664).

Caracterização	(n=664)	
	n	%
Período de publicação (Em ano)		
2012	166	25,0
2013	157	23,7
2014	178	26,8
2015	163	24,5
Tipo de notícia		
Relato de caso	460	69,2
Denúncia	136	20,5
Entrevista	12	2,2
Informações sobre o assunto	52	8,1
Deixa claro o tipo de violência		
Sim	628	94,6
Não	36	5,4
Tipologia		
Homicídio	472	71,1
Abuso sexual	28	4,2
Agressão física	56	8,4
Pedofilia	44	6,7
Negligência	48	7,2
Abandono	12	1,8
Outros	04	0,6
Divulgação de meios de denúncia ou prevenção		
Sim	48	7,2
Não	616	92,8

Os dados da tabela 1 mostram mudanças significativas entre os anos de publicação, com destaque para 2014 (26,8%). Em relação ao tipo de notícia, os relatos de casos violentos (69,2%) sobressaem, quase todos os noticiários deixam claro o tipo de violência (94,6%), com ênfase para o homicídio (71,1%). Em contrapartida, as notícias não divulgam os meios possíveis para se fazer a denúncia ou as possibilidades de prevenção das violências que esse grupo está exposto (92,8%).

Tabela 2 - Caracterização das crianças e adolescentes em situação de violência encontradas em matérias sobre violência contra criança e adolescentes veiculadas em jornal de grande circulação, Fortaleza, Ceará, Brasil. N=664.

Caracterização da criança e adolescente em situação de violência	(n=664)	
	n	%
Sexo		
Masculino	360	54,2
Feminino	192	28,9
Ambos	60	9,0
Inespecífica	52	7,9
Idade *		
Criança	272	41,0
Adolescente	360	54,2
Ambos	32	4,8
Vítima é próxima ao agressor		
Sim	296	44,6
Não	84	12,6
Não especificado	284	42,8
Vítima apresenta sequela do ato violento		
Sim	556	83,7
Não	44	6,6
Inespecífica	64	9,7
A vítima é exposta na notícia		
Sim	388	58,4
Não	276	41,6

*Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

De acordo com a tabela 2 percebem-se nas notícias veiculadas que os adolescentes representam o grupo que mais sofreu violência (54,2%), sendo o sexo masculino as principais vítimas (54,2%). Na maioria dos casos a vítima é próxima do agressor (44,6%), apresenta sequela decorrente do ato violento (83,7%) e foi exposta durante a notícia (58,4%) com fotografia ou identificação do nome, não necessariamente no local do ato violento.

Tabela 3 - Distribuição do tipo e responsabilização dos agressores de crianças e adolescentes em situação de violência nas notícias veiculadas em jornal de grande circulação, Fortaleza, Ceará, Brasil. N=664.

Tipo e responsabilização do agressor	(n=664)	
	n	%
Agressor		
Desconhecidos	444	66,9
Vizinhos	72	10,8
Mãe	60	9,1
Pai	24	3,6
Outros	24	3,6
Pais	8	1,2
Padrasto	8	1,2
Parentes próximos	8	1,2
Religiosos	4	0,6
Namorado	4	0,6
Policial	4	0,6
Professor	4	0,6
Punição		
Sim	184	27,7
Não	324	48,8
Não especificado	156	23,5

Observam-se na tabela 3 que a maioria dos agressores (66,9%) se caracterizou como desconhecido de acordo com a notícia, seguidos de vizinhos (10,8%) e da mãe (9,1%). A maioria das notícias não informa sobre a punição do agressor (48,8%), possivelmente por se tratar de violências ocorridas recentes, ainda estar sobre investigação policial ou mesmo sequer tenha sido iniciado a denúncia nas delegacias que inicia o percurso legal para responsabilização do perpetrador.

Diante das repercussões que a violência determina entre crianças e adolescentes, as resoluções desses casos necessitam de estreita interface com a atuação da segurança pública e do aparato jurídico. Além da identificação eficaz da violência, contra o grupo vulnerável, para o conhecimento das características e magnitude do agravo, torna-se essencial refletir sobre o atendimento, tratamento e acompanhamento das vítimas e famílias. Assumir o relevante papel que a mídia exerce na sociedade, perpassa pela veiculação nos noticiários dos serviços de saúde disponíveis que ofertem um atendimento qualificado atendendo o princípio da integralidade que envolve uma ampla rede de apoio, a fim de que se possam minimizar as graves sequelas das múltiplas naturezas das violências.

Destaca-se, ainda, a necessidade de concretizar ações educativas e preventivas mediadas pelo importante papel cidadão da mídia, além da divulgação dos fatores de proteção para este grupo. Fomentar debates nessa perspectiva, possivelmente possa cooperar para a redução das violências e dos impactos no desenvolvimento da criança e adolescente, além de despertar na sociedade que a construção social da violência, pode e deve ser desconstruída.

A análise das características das matérias publicadas sobre violência contra crianças e adolescentes mostrou que os meios de comunicação abordam casos violentos sem prudência no tipo de enfoque desses acontecimentos. No caso das coberturas jornalísticas relacionadas à violência, certifica-se de que na modalidade online, em geral, carece de abordagens que divulguem os meios de denúncias e de prevenção. Pôde-se supor que fenômenos que desafiam nações e se conformam como graves demandas sociais, a exemplo das violências, estão sendo discutidos de modo estanque e, sendo assim, a informação é construída e repassada alheia às fortes iniquidades sociais e responsabilidades das esferas governamentais.

Nessa ótica indaga-se: quais são as fontes utilizadas no levantamento dos fatos e a veracidade dessas notícias? Muitas vezes, as informações prestadas chegam alteradas e sujeitas ao ponto de vista de cada receptor. Ao exercer a profissão, o jornalista reproduz a velha prática de tratar o fenômeno com origem no fato violento em si, desconsiderando as múltiplas causas e os diversos contextos em que ocorrem e se reproduzem. A abordagem na mídia escrita e falada dos eventos violentos deve considerar o contexto de causas, os danos físicos, morais e emocionais que o evento desencadeia e associar propostas que viabilizem a criação de ambientes saudáveis para crianças e adolescentes. A composição de uma notícia envolvendo esses elementos poderá se conformar como importante canal fomentador de ações protetoras.

Os noticiários têm um intenso apelo pelo enfoque no ato violento em si, chamando atenção pela presença de linguagens ásperas utilizadas para relatar as notícias. A violência merece questionamento por parte da sociedade, como, por exemplo, em relação a grande visibilidade que vem sendo dada, de forma descontextualizada, à questão da criminalidade. O encaminhamento de soluções para o

fenômeno passa necessariamente pela desnaturalização de algumas formas de violência enraizadas historicamente, com a ampla divulgação das causas, consequências e potenciais soluções para o problema (NJAINÉ, 2005 p. 339).

O ato de notificar a violência se torna um desafio. Entre as causas, medo de retaliação, de eventual convocação para testemunhar em processo criminal, desconhecimento da legislação. O profissional que recebe uma criança vítima de maus tratos e não denuncia também está violentando a criança, por negligência. Uma criança que passa várias vezes pelos serviços de saúde sem nenhuma denúncia dos profissionais pode não voltar com a vida, a tendência é que o grau de violência aumente (DOMINGUEZ, 2008, p.8).

A desinformação contribui, muitas vezes, para aumentar o quadro de violências contra crianças e adolescentes. Por isso é fundamental que todos os profissionais que lidam com essas situações sejam capacitados e conhecedores das diferentes formas de ajudar uma criança, deixando-a confiante e fortalecida para falar sobre o assunto e buscar superação das sequelas físicas e emocionais. Torna-se um compromisso ético dos profissionais que trabalham na interface das áreas de Ciências Humanas e da Saúde, mediar o processo de reflexão sobre as ocorrências das violências e as formas de enfrentamento. Imprescindível que o profissional que trabalha com esta problemática tenha uma visão de totalidade, não fique restrito à vítima e ao agressor que, para o processo judicial, são relevantes, mas detenha-se, também, à família e à comunidade, ampliando o foco de observação, análise e intervenção (FERREIRA et al, 2010, p. 25).

Njaine (2005, p.337) assinala que é necessário também o envolvimento de governos, empresas de comunicação, anunciantes e publicitários, escolas e universidades, educadores, pesquisadores, profissionais da saúde, organizações da sociedade civil, consumidores de mídia, família e das próprias crianças e adolescentes. O estabelecimento de alianças entre esses agentes é fundamental para o avanço rumo a uma melhor qualidade de informação. Ante essa realidade, foi criado o Conselho Tutelar, originário do ECA, como um instrumento de proteção à criança. Com ações abrangentes, atua no contexto da violência infantil, procurando minimizá-la, em busca de melhores condições de vida para a criança. A criança bem assistida tem intensa relação com a sociedade desenvolvida.

É esse trajeto que se deve almejar para nossa sociedade, pois busca o desenvolvimento em vários setores, gerando, conseqüentemente, melhores índices de desenvolvimento humano (IDH) para todas as regiões brasileiras. Espera-se que esse movimento leve a uma ampla e realista atuação dos conselhos tutelares e a uma melhor qualidade de vida para a criança e o adolescente, ações do Conselho Tutelar e seu envolvimento com a violência infantil (SANTOS; FERRIANI, 2009, p.45).

A proteção integral à criança e ao adolescente representa um avanço cultural da sociedade como um todo, reconhecendo-os como parte integrante da família e da sociedade com direito ao respeito, dignidade, liberdade, de emitir opinião, ter acesso à alimentação e estudo, dentre outros fatores que são importantes para o desenvolvimento infanto-juvenil.

Os resultados empíricos confirmam a hipótese de Cecílio, (2012), a mídia expõe as manifestações da violência (agressão física, abuso sexual, abuso psicológico, omissões e violência interpessoal nas relações institucionais, sociais e de trabalho, políticas, estruturais, culturais, criminais e de resistência), percebe a violência como um fenômeno transformável, a ser abordado por diversos atores sociais, tarefa fundamental para o avanço das ações intersetoriais de intervenção sobre esse agravo.

Para Lessa (2009, p. 1857), a impunidade é um agravante para que a violência seja uma constante. Corroborando com as notícias do jornal, Waiselfisz (2015), mostra que no Brasil nos últimos 30 anos, apontou três causas para o aumento dos crimes contra os jovens: o alastramento da cultura da violência, a impunidade e a tolerância institucional com certos tipos de crime, menos de 5% dos autores desses crimes são presos.

Nos casos de homicídios envolvendo crianças e adolescentes, 58,4% dos casos relatados expõem a vítima de alguma maneira. As notícias violentas envolvendo crianças e adolescentes merecem questionamento da sociedade e de órgãos competentes acerca da visibilidade sensacionalista que vem acontecendo; merece prudência quanto à descrição dos atos violentos, visto que as famílias que perderam seus entes se deparam com um jornal expondo o relato com fotos ou até mesmo detalhes desprezíveis, podendo ocasionar mais sofrimento para os familiares e amigos.

Os percentuais elevados de homicídio vêm sendo abordados por vários setores, embora a hegemonia das ações ocorra dentro da área e da concepção de segurança

pública enquanto policiamento: aumento do efetivo de policiais, aumento e melhoria dos equipamentos de inteligência e integração da gestão (Minayo; Constantino, 2012). Este fato nos permite inferir que é necessário ampliar o enfoque de caráter jornalístico, para que a sociedade saiba que existem ferramentas que atendem crianças e adolescentes neste tipo de situação.

O Ceará convive com um verdadeiro extermínio de crianças e adolescentes, que são vítimas, inicialmente, das amarras do narcotráfico e tráfico de armas decorrente dos altos montantes de dinheiro que envolvem estas questões. Além da deturpação do ECA, em que o adulto se apropriou da ausência do Estado na implementação de políticas públicas, que possibilitam qualidade de vida e a permanente violência estrutural que minam perspectivas das famílias em situação de vulnerabilidade.

Em relação aos meios de propagação, percebeu-se uma ineficiência em detalhar nas matérias meios de denúncia para que a população possa entrar em contato em caso de ocorrência. Aliando o setor saúde ao midiático em prol de medidas para controlar o extermínio de jovens, realizando parcerias com mídia e profissionais responsáveis pela integridade ética que lhes cabe para que a imprensa possa ser um instrumento norteador mediante informações, meios de prevenção e de denúncia, dando mais visibilidade à informação, cobrando do governo medidas que assegurem que crianças e adolescentes consigam viver em um ambiente favorável para sua formação. Aliado a isso entra a sociedade, no sentido de exigir mudanças e envidar esforços, evitando que esse ato violento se perpetue entre os jovens.

Conclusão

Este estudo permitiu analisar matérias publicadas no jornal de maior circulação do Ceará acerca da violência nas quais crianças e adolescentes se constituem como vítimas. Dentre as notícias selecionadas, as características evidenciam que a cobertura sobre a violência contra esse grupo se tornou uma constante, sendo o homicídio o aspecto da violência mais divulgado no jornal. Os adolescentes são as principais vítimas. Os resultados revelaram ainda que as matérias não têm uma abordagem ideal para retratar a complexidade que circunda a ocorrência de casos de violências em um grupo que se mostra em formação biológica, psicológica e social.

O alto índice de homicídios relatados na população adolescente revela que a sociedade não está conseguindo conter uma ação perigosa em que diariamente várias famílias são destruídas pela falta de uma política eficaz no sentido de controlar crimes hediondos por motivos banais. A impunidade é um dos principais fatores para o aumento da violência. Os agressores, na maioria das vezes, são desconhecidos.

Destaca-se a necessidade de uma nova abordagem nas matérias em realização ao funcionamento da rede, enfatizando cada vez mais a sua importância no contexto da violência, no intuito de divulgar as informações necessárias para um acesso ampliado dos serviços. Fica evidente que a mídia pode ser uma respeitável aliada para o trabalho de informação, prevenção e denúncia relacionado à violência, especificamente contra crianças e adolescentes.

Reconhece-se que a mídia tem realizado trabalho na área da violência contra crianças e adolescentes e que isto requer intervenção interdisciplinar para que os profissionais possam atender de forma integral em todos os níveis de atenção as crianças e adolescentes em situação de violência. Diante dos resultados, percebe-se que há relapso nas matérias dos registros dos meios de denúncia nos casos de violência, já que os mesmos podem ser uma estratégia de divulgação da rede de atendimento.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. Drogas nas escolas (versão resumida). 1. ed. Brasília: UNESCO, v. 1, p. 143, 2005.

ABREU, Ângela Maria Mendes; LIMA, Jose Mauro Braz de; MATOS, Ligia Neres; PILLON, Sandra Cristina. Uso de álcool em vítimas de acidentes de trânsito: estudo do nível de alcoolemia. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v.18, n.spe, p. 513-520, 2010.

ADORNO, S. **Violência, ficção e realidade**. In: Sujeito: O lado oculto do receptor, 1995.

AKIRA, Francisco; MARQUES, André Coelho. O papel da mídia nos serviços de saúde. **Rev. Assoc. Med. Bras.** São Paulo, v. 55, n. 3, 2009.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans. Lisboa: Edições 70 da obra original publicada em 1977, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações para Infância e Adolescência. Rede Aquarela** - Disseminação do PAIR, 2005.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Diretoria de Articulação de Redes de Atenção a Saúde. **Redes regionalizadas e territórios integrados de atenção à saúde – teias a estratégia: pressupostos, componentes e diretrizes**. Brasília, DF, 01 out. 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **SUS: avanços e desafios**. Brasília: CONASS, 2006.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. Lei no 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e das outras providências**. Presidência da República Federativa do Brasil (site), Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Escola que protege: enfrentando da violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, 2a ed.; 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Análise de Situação de Saúde. VIVA - Vigilância de Violência e Acidentes 2006-2007**. Brasília: Ministério da Saúde. p. 154, 2009.

CECILIO L.P. P; GARBIN C. A. S; ROVIDA T. A. S; QUEIRÓZ A.P.D. de G. e; GARBIN A.J. Í. Violência interpessoal: estudo descritivo dos casos não fatais atendidos em uma unidade de urgência e emergência referência de sete municípios do estado de São Paulo, Brasil, 2008 a 2010. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília**, 21(2):293-304, abr-jun 2012.

CARVALHO, D.W; FREIRE, M.T; VILAR, G. Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. 31(5):435–8, 2012.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Org.). **Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 54-83.

CECILIO, Lenise Patrocínio Pires; GARBIN, Cléa Adas Saliba; ROVIDA, Tânia Adas Saliba et al. Interpersonal violence: descriptive study of not fatal cases assisted in an emergency

reference unity to seven municipalities of the state of São Paulo, Brazil, from 2008 to 2010. **Epidemiol. Serv. Saúde**, June. vol.21, no.2, p.293-304, 2012

DESLANDES, S. F. **Prevenir a violência: um desafio para profissional de saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ENSP / CLAVES. Jorge Careli, 1994.

DOMINGUEZ, Bruno. Denunciar é um dever. **Radis: comunicação em saúde**, n. 70, p. 8, jun, 2008.

FERREIRA, C.L; TRAESEL, E.S; KAEFER, C.O. A comunidade escolar como protagonista na prevenção da violência contra a criança e o adolescente. **VIDYA**, v.30, n.2, p. 21-31, jul/dez., 2010.

GUARESCHI, P.A. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, jul.-dez. 2007 de **Ações Programáticas Estratégicas**. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010.

KRUG, E. G. et al (Ed.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LESSA, Andrea. Violência e impunidade em pauta: problemas e perspectivas sob a ótica da antropologia forense no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**. v.14, n.5 p.1855-1863, 2009.

LIMA, M. A. D. S. et al. Atendimento aos usuários em situação de violência: concepções dos profissionais de unidades básicas de saúde. **Rev Gaúcha Enferm**, v. 30, n. 4, p. 625-632, 2009.

MOREIRA, Deborah Pedrosa. Exposição à violência delinquencial e fatores associados entre adolescentes de uma comunidade de baixa renda. Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. Visão ecossistêmica do homicídio. **Ciênc. Saúde coletiva**, v.17, n.12, p. 3269-3278, 2012.

NJAINE, KATHIE. Violência na mídia e seu impacto na vida dos adolescentes: reflexões e propostas de prevenção sob a ótica da saúde pública. **Tese de Doutorado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: s.n., 2004.

NJAINE, K; MINAYO, M.C.S. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 7:285-297, 2002.

NJAINE, K.; REIS, A. C.; BRASIL DMINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Qualidade da informação sobre acidentes e violências. Souza RE, Minayo MCS. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 313-334, 2005.

NUNES, C.B. A violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente na perspectiva de profissionais de saúde [tese]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo. **Escola Paulista de Medicina**, 2007.

OMS. Violência um problema de saúde pública. In: KRUG, E. et al. (Eds.). Relatório Mundial sobre violência e saúde. Genebra: **World report on violence and health/** Organização Mundial de Saúde. p. 357, 2002.

RANGEL-S, Maria Ligia. Epidemia e mídia: sentidos construídos em narrativas jornalísticas. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 12, n. 2, dez. 2003 .

ROCHA, Pedro Carlos Xavier da; MORAES, Claudia Leite. Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, jul. 2011.

SANT'ANNA, **Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil**. In: SANT'ANNA, D. Políticas do corpo. São Paulo: Estação Liberdade. p. 121-139, 2005.

SANTOS, L.E.S.; FERRIANI, M.G.C.; Ações do Conselho Tutelar e seu envolvimento com a violência infantil. **Pediatr. mod.**;45(6), Nov-dez.2009.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. O tema violência intrafamiliar na concepção dos formadores dos profissionais de saúde. **Ciência Saúde Coletiva**. v.14, n.5, p. 1709-1719, 2009.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Crianças e Adolescentes do Brasil. São Paulo, 2012.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**. Mortes Matadas por Arma de Fogo, 2015.